

Fantasma exorcizado

O fantasma da moratória solto no espaço brasileiro por alguns setores de oposição — e que já começava a assombrar os credores internacionais do Brasil — foi definitivamente exorcizado pelo Presidente Figueiredo, no México. “O que eu devo, eu pago. O Brasil é um país sério”. Com essa curta e enfática declaração, o Chefe do Governo liquidou as perspectivas de um calote inteiramente contrário às tradições deste país. No Brasil, sempre que as crises se tornam agudas, não falta quem profetize a catástrofe e proponha as mais absurdas terapias.

O recurso à moratória, agora afastado categoricamente pelo Presidente Figueiredo, seria uma declaração de falência irremediável e, mais que isso, a prática desmoralizante do calote internacional. Que, uma vez adotado, lançaria o país em uma convulsão social incontrolável, porque ensejaria a cessação dos fluxos externos de tecnologia e bens de capital. Em função disso o Governo seria compelido a dramatizar os controles sobre a economia e as políticas contencionistas. E, sem falar no provável boicote às exportações brasileiras, que levaria à desativação de imensos estamentos empresariais e, portanto, ao agravamento dos já gravíssimos índices de desemprego.

Não está na moratória, evidentemente, a solução para a crise de liquidez nas contas externas do Brasil. Essa saída seria o mesmo que passar uma nota de profunda incompetência à liderança nacional e ao povo brasileiro. A solução para a crise brasileira pende de uma séria e ampla reflexão nacional, de modo que se possam criar instrumentos de dinamização econômica fora dos padrões ortodoxos de gestão política e à margem dos complicadores inflacionários. Em nenhuma circunstância seria ad-

missível raciocinar na base de que a conjuntura é destas que impedem a busca de alternativas, pois tal atitude mental não se ajusta à versatilidade da inteligência política deste país, nem se vincula às amplas — quase infinitas — potencialidades econômicas do Brasil.

Para além dos compromissos firmados com o Fundo Monetário Internacional, o Brasil precisa com a maior urgência encontrar fórmulas novas de impulsionamento das taxas de expansão econômica, a fim não somente de apressar o reequilíbrio de suas contas externas mas, sobretudo, de ampliar oportunidades de reemprego para a força de trabalho hoje atirada à marginalidade social. É falso supor que o FMI teria receitado ao Brasil a estagnação econômica como medicação adequada à sua síndrome atual. O que foi recomendado ao país — severidade nos gastos públicos e redução dos investimentos que agravem a balança comercial — não exclui a realocação de recursos em moeda nacional de fontes não inflacionárias para a retomada das taxas de crescimento.

Aliás, em sua pregação contra a política de recessão, o Ministro da Previdência Social, Hélio Beltrão, produziu, com uma visão desburocratizante, um diagnóstico da conjuntura que sintetiza todo o dilema brasileiro, ao proclamar a existência de uma nefasta “recessão mental”. Pois não padece dúvidas de que é esse estado de embotamento que tranca as portas para as saídas imaginosas, tantas vezes encontradas ao curso de nossa História, sobretudo em ocasiões onde a catástrofe parecia inevitável. Hoje, mais do que nunca, é preciso desatar a imaginação sobre o plano concreto da realidade. O contrário disso é o conformismo irresponsável, desonesto e obtuso.